

**Para entender a
democracia: uma
introdução à teoria
democrática e suas
questões contemporâneas
no Brasil e no mundo**

*Understanding Democracy: an
introduction to democratic theory
and its contemporary issues in
Brazil and the world*

R E V I S T A
com **política**

revista compolítica

2020, vol. 10(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.2.427

 Open Access Journal

Resenha do livro “Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais”, dos organizadores Ricardo Fabrino Mendonça e Eleonora Schettini Martins Cunha

Leonardo Santa Inês

Universidade do Estado da Bahia e
Universidade Federal de Minas Gerais
[University of Bahia State's and
Federal University of Minas Gerais]

Julia Ester de Paula

Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Gabriel Ferreira Aquino Silva

Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Resumo

Esta resenha crítica destina-se à análise de Introdução à Teoria Democrática: Conceitos, Histórias, Instituições e Questões Transversais. A obra surgiu com o intuito de produzir um material didático consistente e em língua portuguesa para apresentar as teorias democráticas a audiências mais amplas, não necessariamente familiarizadas com a temática. Organizado por Eleonora Schettini Cunha e Ricardo Fabrino Mendonça, o livro é composto por 19 artigos que são estruturados em três seções, abordando desde questões clássicas e conceituais da democracia até as temáticas mais contemporâneas e específicas.

Palavras-chave: democracia, teorias democráticas, representação política, democracia brasileira.

Abstract

This work is a critical review about Introdução à Teoria Democrática: Conceitos, Histórias, Instituições e Questões Transversais. The book was written with the objective of being a consistent teaching material in Portuguese that introduces democratic theories to broader audiences not necessarily familiar with the subject. Organized by Eleonora Schettini Cunha and Ricardo Fabrino Mendonça, the book is based in 19 articles structured in three sections, covering themes from classic and conceptual issues of democracy to the most contemporary and specific themes.

Keywords: democracy, democratic theories, political representation, Brazilian democracy.

Para entender a democracia: uma introdução à teoria democrática e suas questões contemporâneas no Brasil e no mundo

Leonardo SANTA INÊS
Julia Ester DE PAULA
Gabriel Ferreira Aquino SILVA

Selecionar leituras de Ciência Política para um público iniciante é uma tarefa que impõe alguns dilemas. Como conciliar a necessidade de apresentar obras e autores de relativa densidade para um leitor ainda pouco familiarizado com conceitos e teorias do campo? *Introdução à Teoria Democrática*, coletânea organizada por Eleonora Schettini Cunha e Ricardo Fabrino Mendonça, busca oferecer um caminho para este desafio, em um compilado de 19 artigos divididos em três partes: *Histórias e Conceitos*, *Instituições e Arranjos Democráticos* e *Debates Contemporâneos e Temas Transversais*. Além da apresentação sintética dos marcos fundamentais da Ciência Política, a obra traça uma visão panorâmica sobre os arranjos institucionais das democracias e os dilemas enfrentados pelos regimes democráticos no mundo contemporâneo. Em um mesmo capítulo, é possível encontrar alegorias e metáforas apreensíveis para um público mais amplo, ao mesmo tempo em que se discute o pensamento de autores como Jürgen Habermas ou Michel Foucault. Os quadros-síntese apresentados nas seções *Do que falamos até aqui...* e *para pensar...* marcam o caráter didático e introdutório que orienta a obra, sempre alternando entre uma abordagem geral e um olhar particular sobre a experiência brasileira.

Introdução: história e conceitos

A primeira parte apresenta um recorte da história da democracia no Brasil e no mundo, frequentemente demonstrando os contrastes entre a experiência grega da antiguidade com os modelos que se seguiram a partir da modernidade. Neste bloco, alguns elementos fundamentais da teoria política e democrática como poder, Estado e governo são

apresentados ao leitor com algumas oscilações na profundidade da escrita entre os capítulos.

O esforço de aproximação com um leitor pouco familiarizado com conceitos e autores conhecidos dos estudiosos da área fica evidente no capítulo de abertura, *Poder, política e Estado*, de José Ângelo Machado. O autor parte da etimologia da palavra democracia e da parábola do capitão do navio, da *República*, de Platão, para apresentar panoramicamente os conceitos de poder, democracia, governo e Estado. Primeiramente, o capítulo detém-se ao conceito de poder. Mesmo declarando se afastar de uma genealogia, o ponto de partida é classificação aristotélica de poder paterno, senhorial e do governante, observando a relação entre poder e interesse, no caso no interesse dos filhos, do próprio agente ou interesse comum, definição ao mesmo tempo descritiva e normativa. Daqui parte-se em um salto para filósofos contemporâneos (Bobbio, Quintanilha, Foucault) para destacar o caráter relacional (o poder de fazer alguém agir de alguma maneira) e contextual (as circunstâncias específicas que modificam essas relações) do conceito, bem como a constatação de que é orientado para ações de sujeitos ativos.

Esta mesma mecânica é seguida no verbete *política*: parte-se de alegorias biológicas ou profissionais dos filósofos gregos da antiguidade, para o *Leviatã*, de Hobbes. Do poder dissuasório do soberano, Machado discorre sobre a relação entre política e exercício da força, primeiro em Marx, na crítica à dominação de classe, e em Weber, na legitimidade para seu exercício. Alternativamente, apresenta o pensamento de Hannah Arendt e sua visão normativa de poder político que rejeita a distinção entre governantes e governados em favor de uma comunidade política de iguais. Para o conceito de Estado, o ponto de partida é o *Príncipe* de Maquiavel, destacando os aspectos contextuais para sua utilização do autor: a superação do policentrismo do poder e a dimensão territorial do seu exercício. Introduz-se o contratualismo de Hobbes e Locke como esforços de justificação do poder do Estado a partir do acordo tácito entre indivíduos, contrapondo-se às explicações orientadas pela autoridade divina. Novamente, Marx e Weber são convocados para discorrer sobre o poder não como consentimento, mas como dominação. Assim, o capítulo tem o mérito de, ao mesmo tempo em que adota o didatismo em uma linguagem

simples e acessível, indicar autores fundamentais como Hobbes, Locke, Foucault, Weber, Bobbio e Marx e caminhos para aprofundamento nos temas abordados.

No capítulo 2, *Teorias democráticas: múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação*, os autores distanciam-se de um percurso histórico e fazem opções por apresentar algumas tradições e questões da democracia. Inicialmente, parte-se de um hipotético conflito instalado em uma organização não-governamental na escolha sobre se o cafezinho deve ser adotado ou não, para discorrer sobre pontos como direitos da minoria, inclusão discursiva e a apresentação dos demais elementos fundamentais para as democracias. Daí se segue para a o ressurgimento da democracia na modernidade, destacando as preocupações em estabelecer governos representativos que protegessem os direitos individuais dos cidadãos e evitassem a concentração de poder e a possibilidade de um governo tirano, assegurando o autogoverno e a soberania popular. Salta-se, então, para os séculos XIX e XX, apresentando a concepção teórica denominada "elitismo democrático", com autores como Robert Michels e Max Weber.

Em seguida, os autores apresentam o pluralismo competitivo, não como uma corrente teórica articulada, mas como preocupações e ênfases comuns em um grupo de autores (Robert Dahl, Stuart Mill e Anthony Downs): a necessidade de preservar a democracia através da competição de interesses da sociedade sem suprimir as disputas, assegurando a expressão da pluralidade no sistema político. Por fim, são apresentadas tendências contemporâneas da teoria democrática. Primeiramente, a preocupação com a participação democrática (nas obras de Pateman, Macpherson, Barber e Souza Santos), sinalizando o impacto de formulações deste campo em experiências brasileiras, como o orçamento participativo. O fechamento fica por conta da democracia deliberativa, desde suas bases, no pensamento norte-americano dos séculos XIX e XX (no texto, destacando a influência de John Dewey), até a breve citação dos elementos centrais da obra de Jürgen Habermas (esfera pública, agir comunicativo), destacando a centralidade que o debate público e sua institucionalização desempenham para este modelo. Como em outros capítulos e dadas as naturais limitações da proposta do livro, outros autores e elementos do campo (minipúblicos, sistema deliberativo) são sinalizados apenas brevemente para o leitor.

No capítulo 3, *A invenção e as reinvenções da democracia*, de Vera Alice Cardoso, o leitor é novamente guiado para a Grécia antiga, agora para investigar a organização política em sua dimensão institucional. Desta vez, os elementos contextuais da experiência da antiguidade são mais destacados, apontando peculiaridades pouco conhecidas de grande contraste com a democracia como a conhecemos na contemporaneidade. Ressalta-se, ainda, alguns elementos importantes da teoria democrática não sublinhados nos capítulos anteriores: o liberalismo como ideologia política; o contexto e impacto para o pensamento político das revoluções americana e francesa; e o Estado de Bem-Estar Social enquanto conceito que propõe como função do Estado assegurar o acesso a bens sociais básicos e redistribuir renda.

Até aqui, inexistente qualquer relação entre teoria democrática e a experiência brasileira. Esta dimensão é explorada nos capítulos 4, *História da democracia representativa no Brasil*, de Fernando Filgueiras, e 5, *A democracia no pensamento político e social brasileiro do século XX*, de Marcelo Sevaybricker Moreira. O texto de Fernando Filgueiras apresenta o tortuoso caminho das instituições políticas brasileiras até a aspiração da democracia como um ideal político. Iniciando no Brasil Império, seguido pela República Velha, analisa como as estruturas tradicionais conviveram com um pensamento liberal, passando pelas experiências que tiveram como marca a ideia de que uma modernização da sociedade brasileira só seria possível através de um regime vertical e autoritário até 1964, quando o uso de violência como solução para os conflitos e manutenção do regime alcança um ponto crítico. Filgueiras conclui apresentando os elementos que levaram à falência do regime e as aspirações democráticas de uma sociedade civil ainda desconfiada do Estado.

O capítulo 5, *A democracia no pensamento político e social brasileiro do século XX: tradições e intelectuais do país*, localiza a democracia como tema nas obras de autores brasileiros selecionados, não apenas da Ciência Política. País de formação escravocrata, marcado por “interregnos democráticos” (Moreira, 2018, p. 91) e pela persistente ideia de que o alcance de ideais políticos ou econômicos (modernização, desenvolvimento, independência) só seria possível se conduzido verticalmente, o Brasil só vai formar intelectuais que aspiram à democracia como ideal normativo em um período

relativamente recente da história. Como contraste a um pensamento democrático posterior, Oliveira Vianna é apresentado como expoente do pensamento conservador/autoritário brasileiro. Para ele, a ausência de instituições civis, características de sociedades democráticas, e a presença de uma irracionalidade oriunda, segundo Vianna, da “mestiçagem”, tornam a democracia não apenas impossível como mesmo indesejável, necessitando o país de um Estado autoritário para estruturação de um sistema político eficiente. Em seguida, há uma apresentação do que o autor denomina tradições democráticas: a socialista, Caio Prado Jr e Florestan Fernandes; a nacional-desenvolvimentista, representada por Celso Furtado; e a liberal-cívica, por Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. O capítulo se encerra com a apresentação de dois autores escolhidos do que é apresentado como a moderna ciência política brasileira, Wanderley Guilherme dos Santos e Fernando Henrique Cardoso, com interessantes comentários sobre a relação entre o pensamento e o governo deste último.

Instituições e Arranjos democráticos

A segunda seção do livro aborda o funcionamento de regimes democráticos, focando em aspectos institucionais possíveis no desenho de uma democracia e revelando exemplos na realidade brasileira relacionados aos temas discutidos. O principal objetivo parece ser apresentar conceitos, história e características de instituições democráticas essenciais para a introdução aos debates sobre o tema, alcançado, assim, o objetivo expresso de descomplicar - sem tornar menos complexo - o caminho para a compreensão dos estudos sobre democracia.

No primeiro capítulo, *Formas de governo e relação executivo-legislativo nas democracias contemporâneas*, Magna Inácio e Mariana Batista apresentam e comparam três sistemas de governo, focalizando seus aspectos institucionais, como a separação, ou não, das funções de Chefe de governo e Chefe de Estado, origem da legitimidade dos ocupantes de cargos dos poderes Executivo e Legislativo, entre outros. São três as formas de governos destacadas: o Parlamentarismo, Presidencialismo e o Semipresidencialismo.

Além de aspectos institucionais, as autoras buscam, em literaturas relevantes de autores como Cheibub e Linz, críticas ao sistema presidencialista, diante da possibilidade de levar à paralisia decisória nos embates entre Legislativo e Executivo. Apresentam, também, ponderações sobre esta visão, abrindo oportunidade para inserir no debate variações institucionais e organizacionais entre sistemas presidencialistas. Assim, o artigo caminha para um foco maior dado aos sistemas presidencialistas, falando de composição partidária dos poderes Executivo e Legislativo, poderes de agenda e veto dos presidentes, e vários resultados que esses aspectos podem trazer às democracias. Em comum com os outros artigos desta seção, analisa a democracia brasileira no que é relacionado a aspectos institucionais básicos para entendê-la e ao que é mais específico do sistema presidencialista e da relação entre Executivo e Legislativo.

No Capítulo 7, *De que maneira voto são transformados em mandatos? Os sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas*, Carlos Ranulfo Melo apresenta as variações entre sistemas eleitorais, definindo inicialmente quais são os elementos constitutivos básicos. O artigo busca concentrar esforços ao redor da caracterização de sistemas para Câmaras de Deputados, mas faz menções às eleições para o Senado e Executivo. O autor apresenta três tipologias de sistema eleitoral: majoritário, de representação proporcional e o misto. Diante de um desafio de sumarizar as muitas variantes dentro de cada uma dessas tipologias, Ranulfo descreve-as sucintamente e de forma clara, recorrendo sempre a exemplos de democracias que os adotam. Dando foco aos sistemas proporcionais de lista, apresenta perguntas a serem feitas sobre sistemas eleitorais, que podem ajudar o eleitor a diferenciar as variantes dentro dessa caracterização, devido à impossibilidade de abordar todas as variações encontradas em democracias pelo mundo. Mesmo assim, discorre sobre conceitos centrais, como os de magnitude do distrito, lista aberta, lista fechada, e explica como funcionam diferentes fórmulas eleitorais que transformam votos em cadeiras no Legislativo. Em seguida, o autor analisa o sistema eleitoral brasileiro proporcional para a Câmara de Deputados, bem como as mudanças ocorridas ao longo do tempo e possíveis problemas que o sistema de lista aberta pode gerar, “distorcendo” a formação da representação política. Por último, busca uma interpretação dos possíveis resultados trazidos por cada um destes sistemas, destacando vantagens e desvantagens em

adotá-los, abordando aspectos como governabilidade e representação de minorias em cada um dos sistemas.

No capítulo 8, *Os partidos nas democracias: passado, presente e futuro*, Carlos Ranulfo Melo traça, brevemente, uma história da posição ocupada pelos partidos no pensamento político, indo desde os tempos de Maquiavel, quando ainda não se pensava nestas instituições, até a entrada dos governos representativos numa realidade democrática em que os partidos se tornaram tanto relevantes quanto necessários, segundo o autor. Em seguida, destaca a heterogeneidade de fins buscados por partidos nas democracias, assim como de aspectos organizacionais que os caracterizam. A partir disto, Carlos Ranulfo Melo se atenta para o contexto de surgimento e afirmação de dois tipos de partidos no século XX: os “partidos de massa” europeus e os partidos *catch-all* norte-americanos. Nesta seção, introduz um debate, sobre qual destes dois tipos clássicos de partidos teriam influenciado mais a organização e atuação dos partidos nas democracias contemporâneas. Posteriormente, o autor define o que são sistemas partidários com auxílio da definição de Sartori, colocando-os como sistemas de interação resultantes da competição entre os seus componentes. Na sequência, apresenta estratégias para analisar sistemas partidários e suas variações. Aponta três “escolas” importantes da Ciência Política que podem nortear, também, interpretações sobre sistemas partidários: sociológica, institucional e da escolha racional. Por último, tenta mostrar qual é o cenário construído pela relação entre partidos e eleitores nos últimos 50 anos.

No capítulo 9, *Formas de Estado: federalismo*, Márcia Miranda Soares discute relações entre forças centrípetas (centralizadoras) e centrífugas (descentralizadoras) na distribuição do poder entre governos de territórios circunscritos a um mesmo território mais extenso. O objetivo é descrever o que se chama de federalismo, como uma opção de maior descentralização do poder territorial do que a forma de “Estado Unitário”, e de menor descentralização que a “Confederação”. O federalismo é caracterizado por uma dupla autonomia territorial, onde há dois governos, um dentro de um território menor que o outro, e que atuam num campo pactuado de competências. Assim, a autora explica as características do federalismo e apresenta vantagens e desvantagens das opções possíveis de equilíbrios encontrados entre descentralização e centralização do poder. Em seguida,

a autora parte para a descrição do surgimento do federalismo, em 1787, nos Estados Unidos da América, e sua evolução pelo mundo, destacando a heterogeneidade de motivações que levam as diferentes democracias a adotá-lo.

No capítulo 10, *Participação e Inovações democráticas: notas sobre o Brasil contemporâneo*, Eduardo Moreira Silva aborda o conceito de participação política, que, como ele mesmo escreve, é discutido desde o início das teorias elaboradas para compreender os fenômenos políticos. Inicialmente busca, com o intuito de esclarecer o significado do conceito, diferenciá-lo do sentido de “participação” no senso comum, para trazê-lo ao campo da teoria democrática. Feito isto, busca apresentar e caracterizar os canais de participação política, sendo que, citando Avelar (2007), define-os como quatro: 1) eleitoral/partidário; 2) corporativa; 3) organizacional; 4) digital. Já na próxima seção do capítulo, propõe ampliar a percepção sobre canais de participação política trazendo à discussão as chamadas instituições participativas (IPs), caracterizando-as. Define, então, quatro tipos principais de IPs. Nessa seção, descreve suas histórias no sistema político brasileiro, suas dinâmicas, significados e objetivos, assim como os principais desafios que enfrentam no contexto brasileiro.

No décimo primeiro capítulo, *Reforma Política no Brasil: mudanças implementadas e agenda (1988-2013)*, Marta Mendes da Rocha aborda, em um contexto nacional e temporal específico, o tema da reforma política. A partir de uma definição inicial do tema, a autora analisa o período demarcado entre o início de 1988, ano da promulgação da Constituição Brasileira vigente, e 2013. Neste recorte, analisa mudanças institucionais¹ efetivadas e em debate. A apresentação se inicia com a Constituinte (1987-1988), em discussões que dividiram a assembleia. Em seguida, são apresentadas mudanças institucionais já realizadas e relacionadas ao sistema eleitoral, que, segundo a autora, é o maior alvo das mudanças das regras do jogo político no Brasil. Assim, são abordados temas como a cláusula de barreira, a reeleição consecutiva para cargos do Executivo, mudanças nas regras sobre o financiamento das campanhas eleitorais etc. As reformas

¹ Novamente, o livro afirma seu caráter introdutório ao oferecer um conceito de “instituições” ao leitor, para que possa haver diálogo sobre temas que envolvem o conceito, como é o caso do debate acerca das reformas políticas.

são citadas de forma rápida, mas com o cuidado suficiente para situá-las no tempo e explicar de que forma puderam ser implementadas (através de Leis, Ações Diretas de Inconstitucionalidade, Emendas Constitucionais, etc.). Como uma abordagem deste calibre exige muito mais espaço para texto e tempo para o leitor, é possível dizer que o capítulo atinge o seu objetivo de ser introdutório ao tema, apresentando bem cada uma das mudanças. Por fim, é discutida a agenda em suspenso de reformas políticas no Brasil, optando por tratar apenas das sugeridas por Propostas de Emenda Constitucional. Mesmo assim, o leque de temas abordados é variado, e para organizá-los para uma melhor compreensão, a autora divide as propostas em cinco categorias: 1) sistema de governo; 2) sistema de representação e eleitoral; 3) direitos políticos; 4) relações Executivo-Legislativo; e 5) participação popular. A necessidade de se apresentar outros meios pelos quais têm sido propostas mudanças institucionais no sistema político brasileiro é suprida na seção seguinte, onde a autora argumenta que propostas podem vir como legislação infraconstitucional também (Projetos de Lei, por exemplo), apresentando, de forma mais detalhada, casos concretos.

Debates contemporâneos e temas transversais

A terceira e última seção do livro aborda temáticas mais específicas e atuais para pensar a democracia, frequentemente utilizando o contexto brasileiro para exemplificar e esclarecer conceitos e concepções particulares. Nesse sentido, no capítulo 12, intitulado *O conceito de representação política e suas variações contemporâneas*, Debora Rezende de Almeida reflete sobre a noção de representação na atualidade, questionando como e se a representação exercida por Angelina Jolie enquanto Embaixadora da Boa Vontade, nomeada pela Organização das Nações Unidas (ONU), seria diferente da desempenhada por Dilma Rousseff na presidência do Brasil. Para responder à indagação, a autora revisita a definição de representação e sublinha que as eleições seriam fundamentais para a associação dos conceitos de democracia e representação, uma vez que expressam a vontade do povo e garantem a legitimidade dos governantes eleitos, além de atuar no controle e julgamento dos representantes. Entretanto, a falta de confiança dos eleitores na

capacidade das eleições de produzir governos que atendam às necessidades da população, juntamente com a preocupação para com os limites de ação dos representantes e com o papel da sociedade na política, vem fazendo com que o modelo de democracia representativa seja questionado. Debora Almeida, então, discorre sobre as teorias que defendem a participação da sociedade de maneira mais contínua e variada – para além das eleições – nas decisões políticas. É relevante lembrar, no entanto, que mesmo os representantes informais precisam ser controlados pelos indivíduos que representam, de modo que sua atuação deve ser pública e suas ações justificadas. Retomando a pergunta apresentada na introdução do artigo, Almeida encerra o capítulo respondendo que as representações de Angelina Jolie e Dilma Rousseff não são iguais, já que a Embaixadora da ONU busca defender uma causa específica e, ao contrário da presidenta, não pode ser avaliada diretamente pelo voto. Enfim, a autora salienta que a representação não é resultado exclusivo do consentimento da população ou do controle eleitoral, mas que exige uma perspectiva plural sobre a relação entre representante e representado.

No capítulo 13, *A relação entre movimentos sociais e democracia: algumas questões relevantes*, Marcus Abílio Pereira discorre sobre os movimentos sociais, que, para ele, teriam um papel fundamental na institucionalização da diversidade cultural, tematização de demandas na esfera pública e, até mesmo, na redefinição de democracia. Seguindo a definição de Alberto Melucci, Pereira entende que os movimentos sociais são “sistemas de ação, redes complexas entre diferentes níveis e significados de ação social, no qual os indivíduos negociam constantemente recursos e objetivos, garantindo sua autonomia e independência” (Pereira, 2018, p. 247). O autor investiga três tópicos que considera relevantes no estudo da relação dos movimentos societários com a democracia. O primeiro tópico aborda o dilema de participar ou não dos governos. Se, por um lado, há o medo de cooptação por parte do Estado, por outro, a aproximação das instituições pode ampliar estrategicamente as possibilidades de ação. O segundo tópico trata dos repertórios de ação dos movimentos sociais. Pereira mapeia as políticas de confronto, que teriam três grandes tipos de ação coletiva: a) ações violentas, nas quais agentes infligem danos físicos a pessoas ou objetos; b) ações convencionais, nos quais as partes do confronto já sabem de antemão os comportamentos que utilizarão; e c) ações de ruptura, que desarticulam a

organização da vida cotidiana. No terceiro tópico, o autor aborda o papel da internet e das redes sociais na organização dos movimentos. Segundo ele, a internet e as redes sociais aumentam o escopo de possíveis práticas; permitem a divulgação da sua própria versão dos fatos; e favorecem a absorção de novos militantes, articulação de novas ações, interação com outros movimentos e o fortalecimento de identidades. Apesar dessas potencialidades, Pereira aponta a necessidade de manter uma postura crítica sobre as redes sociais digitais, que, cada vez mais, tem mecanismos controlados pelo Estado e pelo mercado.

O capítulo 14, *Inclusão democrática no Brasil contemporâneo: desafios de uma agenda inconclusa*, de Marlise Matos, destaca os desafios para a implementação de uma agenda social e democratizadora, que afirme os direitos das minorias e promova formas de emancipação. A autora buscou resgatar a origem da democracia liberal burguesa, que, segundo ela, fundamentou os processos de inclusão e exclusão social ao firmar a separação das esferas pública e privada e a divisão entre sociedade política e sociedade civil, bem como ao difundir os direitos de cidadania experimentados dentro de uma chave individualista. O artigo traz dados que apontam que as desigualdades e a realidade de exclusão no Brasil são fortemente associadas a marcadores de gênero e raça. Com uma escrita clara, Marlise Matos encerra o capítulo defendendo um posicionamento mais radicalizado, com a adoção de estratégias de despatriarcalização e desracialização. Para ela, o próprio governo poderia ocupar o papel central na regulamentação de novas formas de vida, equidade, cidadania e bem-estar. Também defende que a complexa heterogeneidade das sociedades é justamente o que possibilita a construção de uma consciência moral mais pluralista e, conseqüentemente, promove um novo entendimento de democratização.

Saindo do contexto brasileiro para o transnacional, o capítulo 15, *A fórmula democrática aplicada à política internacional: potenciais e limites*, de Dawisson Belém Lopes, parte da reflexão sobre “como conceber interações políticas democráticas em um sistema de Estados territoriais e soberanos” (Belém Lopes, 2018, p. 291). Belém Lopes ressalta que existem, pelo menos, duas formas de pensar a democratização da governança mundial: a) tradicionais; e b) contemporâneas. As abordagens tradicionais destacam o papel dos

atores estatais, que participariam de arranjos multilaterais, defendendo suas posições e decidindo sobre diversas agendas. De outra forma, as abordagens contemporâneas indicam a incorporação de atores não estatais nos processos decisórios globais, permitindo um exercício mais direto da democracia através dos mecanismos de representação, participação e deliberação. Tais abordagens foram desmembradas por Raffaele Marchetti (2012) em “transnacionais” e “cosmopolita”. A primeira tem como princípio democrático a inclusão de posições sociais representativas, com redes híbridas compostas por atores estatais e não estatais. Já a abordagem cosmopolita tem como princípio a inclusão universal, com uma federação mundial. Nesse pensamento, Zweifel (2006) elaborou sete indicadores² para aferir os graus de democracia transnacional. Os medidores, porém, foram criticados por não haver um critério de hierarquização nos cálculos dos índices e pela comparação de objetos distintos.

No capítulo 16, *Entrepolíticas sociais e a democracia, a cidadania é a chave*, Natalia Guimarães Duarte Satyro disserta sobre as políticas sociais que podem ser entendidas como ações realizadas pelo Estado com o objetivo de redirecionar as relações econômicas e promover a justiça social, suprimindo as necessidades básicas dos excluídos. Para este conceito, a noção de cidadania é central. As políticas sociais não devem ser confundidas com o Estado de Bem Estar Social (EBES), que é bem mais amplo que elas. O EBES, ao contrário do termo “política social”, é necessariamente ligado à democracia. Sua constituição pode ser entendida através de abordagens econômicas e de abordagens político-institucionais. Assim, não haveria um padrão de EBES, mas três tipos de prestação de serviços: 1) modelo residual ou liberal, cuja proteção é oferecida pelo mercado, que presta assistência temporária e de valor reduzido; 2) modelo corporativo ou conservador, no qual a família tem um papel predominante e os benefícios acessados são relativos à capacidade contributiva e status ocupacional do cidadão; e o 3) modelo social-democrata ou escandinavo, em que o Estado é central e os direitos e serviços prestados

²Os indicadores propostos por Zweifel (2006) são: 1) mecanismos de condução a chefia, 2) participação política, 3) transparência, 4) disponibilidade de argumentos públicos, 5) capacidade de a instituição prevalecer sobre seus membros, 6) monitoramento e 7) independência.

são universais. Satyro encerra o artigo abordando a trajetória das políticas sociais no Brasil, cujo acesso se deu em virtude de leis e decretos, e não pela demanda de trabalhadores livres e organizados. Na época de sua instauração, o Brasil vivia em um regime não-democrático, a Era Vargas, no qual a proteção era securitária e contributiva e alcançava apenas uma pequena parcela dos cidadãos, que tinham uma ocupação reconhecida pelo governo.

Judiciário e democracia no Brasil: a dupla dimensão da judicialização da política é o título do 17º capítulo do livro, escrito por Leonardo Avritzer e Marjorie Marona. Para os autores, a judicialização da política tem duas dimensões importantes: uma institucional e outra cidadã. Na dimensão institucional, o controle de constitucionalidade das leis é realizado por Cortes Constitucionais, que podem operar de modo difuso ou concentrado. Esta dimensão, entretanto, desconsidera as particularidades econômicas e sociais do país, não permitindo inferências mais profundas sobre os impactos que o protagonismo do judiciário podem causar. A dimensão cidadã é compreendida nas lutas por cidadania em torno da articulação dos princípios universalistas e da diversidade de atores, opiniões, valores e demandas na esfera pública. Entendendo que as desigualdades socioeconômicas e culturais prejudicam a democracia, Avritzer e Marona abordam a judicialização da política no Brasil. Eles defendem que, já que o Judiciário exerce uma atividade de representação do interesse público, sua democratização, a fim de torná-lo mais inclusivo, heterogêneo e plural, além de tecnicamente competente, seria o seu principal desafio.

O capítulo 18 é o *Por que a comunicação é tão importante quando se pensa a democracia?*, de autoria de Wilson Gomes. Para responder à pergunta explicitada no título, Gomes destaca a relevância da comunicação para os regimes democráticos, enfatizando que ela exerce influência direta e decisiva nas instituições políticas. O autor faz uma ressalva pertinente e inesperada, porém, ao afirmar que a importância da comunicação não reside nas suas contribuições para os regimes, mas na percepção de que ela pode se tornar uma força capaz de corromper, burlar ou degradar a democracia. Gomes identifica quatro razões que resumiriam a importância da comunicação para os regimes democráticos. A primeira é a divulgação de informações, necessária para que os cidadãos façam escolhas eleitorais conscientes, acompanhem a tomada de decisões sobre políticas

públicas e monitorem o que acontece nas instituições do Estado. A segunda razão é a promoção e proteção de direitos, desempenhada pelo jornalismo, pela ficção televisiva e pelos meios digitais sociais. Já a terceira razão são os constrangimentos pró-democracia. Aqui, o autor defende que o jornalismo e sistemas produtores de ampla visibilidade pública podem constranger agentes e instituições a se explicarem publicamente, sob pena de comprometerem sua imagem. A quarta razão apresentada sobre a importância da comunicação para a democracia é o provimento de conteúdos e ambientes da esfera pública, que permitem a realização de uma discussão política qualificada e aumentam o senso de empoderamento e autoeficácia do cidadão.

O livro se encerra com o capítulo 19, *Comportamento eleitoral e comunicação política*, de autoria de Helcimara de Souza Telles e Pedro Santos Mundim. No artigo, os autores buscam discutir o porquê dos eleitores votarem e os fatores que explicariam suas decisões, desmistificando a concepção de voto como irracional. Para isso, Telles e Mundim discutem que as teorias sobre os eleitores podem ser entendidas como macroprocessos – num paradigma histórico estrutural e político-institucional –, ou como microprocessos, que avaliam o comportamento de atores individuais. Dentro das abordagens microprocessuais das teorias sobre eleitores, se encontram as análises identificadas como a sociologia do voto, a psicologia do voto e a escolha racional. A sociologia do voto defende que a conduta política dos sujeitos sofre interferência dos processos socioeconômicos e culturais, de modo que as preferências dos eleitores seriam determinadas pelas características sociais dos grupos que se inserem. A psicologia dos votos, por outro lado, acredita que, ainda que indivíduos votem da mesma maneira, suas motivações podem ser distintas. Já a teoria da escolha racional critica ambas as abordagens supracitadas e alega que os eleitores são indivíduos racionais, que organizam suas preferências com base no custo-benefício de ações para atingir seus interesses-próprios (que podem ser egoístas ou altruístas). Nesse aspecto, Telles e Mundim afirmam que a informação seria fundamental para diminuir os graus de dúvida dos eleitores quanto ao resultado de suas decisões e, por isso, fariam uso de mecanismos heurísticos – regras de decisão e atalhos informacionais. Entre as principais heurísticas utilizadas estão a

memória do povo, os atributos afetivo-cognitivos em relação ao candidato, a prestação de contas, a verificação do futuro acerca da economia nacional e a preferência partidária.

Considerações Finais

Introdução à Teoria Democrática cumpre bem o que se propõe, ou seja, apresentar conceitos, tradições e autores fundamentais do pensamento político, de modo acessível a quem inicia seus estudos no campo, sem negar-lhes a complexidade que lhes é própria. A linguagem e abordagem são adequadas para um público iniciante, como alunos de graduação. É claro que não é possível dar conta, em poucas páginas, ou mesmo parágrafos, da densidade de obras de tanto fôlego, mas a bibliografia e os autores indicados são um bom caminho para leitores que buscam aprofundamento. É digno de nota o esforço de contextualizar os grandes debates à experiência brasileira, considerando nossos condicionantes históricos e autores próprios. A obra é útil não apenas para quem dá seus primeiros passos na teoria democrática, mas também para pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas (a Comunicação aqui incluída) e outros campos cujos estudos possuem interlocução com a Política.

Referência do Livro

MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E.(orgs.) *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

Referências

AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Otávio (org). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: UNESP, p. 261-281, 2007.

BELÉM LOPES, D. A fórmula democrática aplicada à política internacional: potenciais e limites. In: Ricardo Fabrino Mendonça; Eleonora Schettini Martins Cunha (orgs.) *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 289-304, 2018.

MARCHETTI, R. Modeling Transnational Politics. *Paper*. In: 22º Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA). Madrid: Espanha. 2012.

MOREIRA, M. S. A democracia no pensamento político e social brasileiro do século XX: tradições e intelectuais do país. In: Ricardo Fabrino Mendonça; Eleonora Schettini Martins Cunha (orgs.) *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 91-112, 2018.

PEREIRA, M. A. A relação entre movimentos sociais e democracia: algumas questões relevantes. In: Ricardo Fabrino Mendonça; Eleonora Schettini Martins Cunha (orgs.) *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 243-262, 2018.

ZWEIFEL, T. *International Organizations and Democracy*. London: Lynne Rienner Publishers, 2006.

Os autores

Leonardo Santa Inês é professor do curso de Comunicação Social da UNEB, doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG e membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG. leoinescunha@gmail.com

Julia Ester de Paula é doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG e pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CJT) da UFMG. juliaester.paula@gmail.com

Gabriel Ferreira Aquino Silva é graduando Ciências Sociais pela UFMG e membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG. gabiras123@gmail.com

Data de submissão: 11/03/2019

Data de aprovação: 07/07/2020